

Índice

Pensar numa era do politicamente correto.....	1
A descentralização da censura.....	3

Pensar numa era do politicamente correto

Que podem trazer os intelectuais e os comunicadores a uma sociedade na qual determinadas ideias estão mal vistas? Basta criticar os censores de turno, sem se preocupar em dizer nada de valioso? Perante o rugido dos indignados de todos os partidos, o regresso à moderação e à atitude reflexiva apresenta-se como um passo necessário para suavizar os conflitos.

Numa das suas longas entrevistas a Bento XVI (["Luz do mundo"](#), 2010), o jornalista Peter Seewald fez-lhe notar a previsão de Aldous Huxley no romance "Admirável Mundo Novo": a ausência de verdade viria a ser o traço mais em destaque da sociedade moderna. A referência proporcionou ao Papa falar sobre um dos seus temas favoritos: a "ditadura do relativismo", uma expressão que havia utilizado outras vezes.

Poucos anos depois, a chegada de Donald Trump à cena política e o triunfo do *Brexit* despertaram o medo pela "[pós-verdade](#)", termo que ganhou entretanto notoriedade ("[Aceprensa](#)", 10.10.2016). Na altura, a narrativa dominante era que os "factos alternativos" apresentados pelos votantes de Trump e pelos *Brexiters* pretendiam criar uma realidade paralela, do mesmo modo que os seguidores do Grande Irmão tentavam forjar a sua no romance "1984", de George Orwell.

Dois romances distópicos, com a verdade em fundo. Duas narrativas, com resultados muito desiguais. Para os seus críticos, Bento XVI foi um fundamentalista por pensar que o homem era "capaz da verdade", por muito que tivesse de ser

prudente ao reivindicá-la. A convicção de que existe uma verdade que deve ser procurada e reconhecida – explicava – é um antídoto contra a arbitrariedade dos que pretendem impor aos outros as suas opiniões, os seus desejos, a sua vontade de poder... A advertência do Papa, no entanto, não foi bem acolhida pelos que veem no relativismo um requisito para a abertura da mente.

O paradoxo é que a mesma verdade que pretendia ser expulsa do debate público em nome da tolerância, em seguida foi reivindicada contra os bárbaros que nem sequer sabem distinguir entre os factos e as notícias falsas. A salvação das democracias liberais pela via do *fact-checking*, não terá relação com a insistência de Bento XVI em dizer que a verdade necessita de critérios de verificação exteriores à própria subjetividade?

Integristas contra razoáveis

Em cada época, a ortodoxia do momento decide quem são os "integristas" que devem ser alvo de receio. Se a opinião pública está pouco acostumada a exigir que as pessoas avancem com razões para as suas posições, torna-se fácil parecer *razoável por oposição*: basta situar-se no lado contrário ao dos etiquetados como "ultras" – por exemplo, mediante a condenação enérgica e sem matizes de tudo o que dizem e fazem –, para ficar liberto do dever intelectual de apresentar os próprios pontos de vista com argumentos.

Os que não estão dispostos a juntar-se à crítica histórica ficam numa posição muito incómoda, pois criou-se uma espécie de obrigação moral de rejeitar em bloco e por princípio os que

são considerados fundamentalistas. Ao ponto de que se alguém tenta matizar ou distinguir entre fenômenos que considera diferentes, acaba metido no saco dos radicais. Não há meio termo, não pode havê-lo: ou se condena sem paliativos ou se absolve; ou se repreende ou se abençoa...

O prestígio “dos meus”

Outra forma de ficar isento do dever de apresentar razões é aderir a uma corrente de pensamento que goza de um prestígio mágico, sem que o interessado seja creditado de qualquer mérito pessoal. Neste caso, a pretensão é ser *razoável por contágio*: se me identifico com uma ideologia que assumiu a diversidade como bandeira, mostro que eu e “os meus” tendemos naturalmente para a abertura e a tolerância; se me declaro herdeiro do Iluminismo, dou por adquirido que a ciência e a razão estão comigo...

Bento XVI aludiu a este truque no livro mencionado antes. Nele denuncia a cristalização de uma nova ortodoxia, de cariz laicista, que apresenta “determinadas formas de comportamento e de pensamento como as únicas racionais e, portanto, como as únicas adequadas para os homens. O cristianismo vê-se assim exposto a uma pressão de intolerância que, em primeiro lugar, o caricaturiza – como pertencente a um pensar equivocados, errado –, e depois, em nome de uma aparente *racionalidade*, quer tirar-lhe o espaço de que necessita para respirar”.

É evidente que Bento XVI, entusiasmado com a ideia de fazer avançar juntas a fé e a razão, não tem nada contra a convicção racional. A sua chamada de atenção é contra “um tipo determinado de *racionalidade*”, que exige a todos usar a razão como dita a nova ortodoxia. Esta “alega ter uma vigência universal porque é racional, mais ainda, porque é a razão em si mesma, que sabe tudo e que, por isso mesmo, salienta também o âmbito que a partir de agora deve tornar-se normativo para todos”.

E eu o quê?

Situar-se no grupo dos razoáveis por princípio – sem examinar se na verdade o estamos a ser – conduz à superioridade moral, o que bloqueia à partida o debate público: “Se alguém se sente essencialmente melhor do que os outros, não considera que deva apresentar razões a quem não julga à sua altura”, [afirma](#) Félix Ovejero (“El País”, 3.5.2017).

Num contexto onde o politicamente correto tem desautorizado automaticamente alguns, enquanto faz vista grossa com as faltas de diligência de outros, um dos principais contributos que podem dar os intelectuais e os comunicadores é encorajar

a que cada pessoa examine a qualidade do seu próprio modo de pensar.

A isto se refere Ovejero quando fala de “uma ânsia de integridade intelectual” que, “antes de tudo, reclama satisfazer certas autoexigências epistémicas: permanecer alerta perante as cumplicidades da tribo; procurar fontes confiáveis; discutir a melhor versão das ideias contrárias; disposição para receber toda a informação, especialmente a que não se ajusta ao próprio guião”.

Estes e [outros hábitos intelectuais](#) – desde a procura da verdade ao cuidado com as palavras, a leitura ou a dieta digital (“Aceprensa”, 9.11.2016) – têm vindo a forjar o bom gosto no pensar. Pouco a pouco, o intelecto acostuma-se a preferir os matizes, a calma e o rigor aos lugares-comuns que suscitam um grande agrado.

“O que quero é compreender”

Um modo de avivar esta atitude reflexiva é questionar as explicações banais, com novas abordagens. É o que fez a veterana jornalista do “The Wall Street Journal”, Peggy Noonan, galardoada em 2017 com o Prémio Pulitzer para comentaristas, devido a uma série de artigos sobre a ascensão de Trump. Tal como outros colegas, Noonan sublinhou as carências do candidato quando lhe pareceu oportuno, “mas mostrou sempre um grande respeito pela inteligência dos votantes e explicou as tendências da vida e da política norte-americana que levaram Trump à Casa Branca”, [afirma](#) o seu jornal numa página que reúne estes artigos.

Também é muito interessante a viagem “ao coração da direita” empreendida pela socióloga Arlie Hochschild, professora durante 30 anos na progressista Universidade da Califórnia em Berkeley. Especialista em sociologia das emoções, Hochschild [propôs-se compreender](#) qual era a “história profunda” – isto é, a perceção de como são as coisas – que têm vindo a repetir desde há vários anos os militantes do Tea Party e agora votantes de Trump. Deixou um ambiente em que todos partilhavam a sua visão do mundo e foi viver alguns anos para a Luisiana, de maioria republicana, para conhecer os que não pensavam como ela (“Aceprensa”, 2.12.2016).

A empatia de Hochschild é um exemplo do uso inteligente que se pode fazer das emoções no debate público, para lá do “eu vejo as coisas assim” ou do “sinto-me ofendido”. E revela outra das funções sociais que podem desempenhar os intelectuais e os comunicadores de hoje: trazer a serenidade que ajude a entender o mundo. É o mesmo programa que se propôs fazer Hannah Arendt na sua lancinante viagem ao coração de Adolf Eichmann: “O que quero é compreender”.

Será a indignação um valor político?

Durante a última crise económica mundial, a indignação foi considerada um valor político libertador. Muitos meios que hoje protestam contra a “ira do homem branco”, não tiveram problemas então em apoiar a fúria dos diversos movimentos de “indignados” que foram surgindo durante os anos da recessão.

Rapidamente se viu que nem todos os indignados eram bem-vindos: houve aplausos para o Occupy Wall Street por confrontar os banqueiros da Grande Maçã, mas não foi apreciado que o Tea Party protestasse contra os impostos de Obama; foi festejada a petição de democracia real do Movimento 15M, mas houve escândalo com as queixas dos que alegaram que a crise de representação também tinha uma componente cultural; houve elogios para os que apelaram à raça, ao sexo ou à orientação sexual para melhorar as suas condições de vida através da discriminação positiva, mas houve rejeição quando outros grupos pediram a sua parte na distribuição do bolo... Como explicar-lhes que a sua indignação não era legítima?

A existência destes duplos padrões está a levar alguns analistas a propor uma distribuição de responsabilidades. Há autores que sublinham as [semelhanças ideológicas](#) entre a chamada “direita alternativa” – que nada tem de conservadora – e a ala mais radical da esquerda identitária (“Aceprensa”, 2.3.2018). A *alt-right* foi gerada no submundo da Internet e alargou a batalha aos *campus* universitários, onde os herdeiros da contracultura se haviam erigido em guardiões do que se pode dizer e deixar de dizer sobre uma série de temas identitários.

O surpreendente é que, depois de fustigar a política identitária da esquerda, a *alt-right* respondeu com mais política identitária e passou a ser a ponta de lança mais extrema na defesa dos que estão fartos de ouvir falar da “culpa branca”. Levada ao extremo, a ideologia de ambos reconcilia-se numa premissa comum: “Não és como eu, nem mereces o mesmo respeito”.

Recuperar o bem comum

A *alt-right* começou a ser conhecida na esteira do momento contrário ao politicamente correto que alimentou Trump nas primárias republicanas. Uma e outro caíram no erro de responder com excessos a um problema real, o que reforçou na esquerda a convicção de que os códigos de linguagem continuavam a ser necessários para proteger alguns grupos.

O círculo vicioso foi realimentado quando qualquer denúncia do politicamente correto – fosse razoável ou não – começou a ser vista como uma desculpa para o discurso do ódio. Esta presunção funciona como uma chantagem que impede discordar da visão “progressista” do mundo.

Como sair desta espiral de confronto? Damon Linker, colunista em “The Week” (21.8.2018), apresenta uma abordagem que é equilibrada. Apesar de ser muito crítico de Donald Trump, [defende](#) que o estilo político que o tornou famoso é “um sintoma de várias mudanças culturais de fundo”. Entre outras, menciona as seguintes: a [crise de confiança nos especialistas](#), alimentada por um igualitarismo que trata todas as ideias por igual (“Aceprensa”, 25.7.2018); “a amplificação tecnológica dos pontos de vista radicais”; “completa transformação da esfera pública num fórum de entretenimento de massas”, que se caracteriza por estar cada vez menos interessado pelas histórias que unem; a polarização ideológica, exacerbada pelas diferenças de classes...

Com os vínculos cívicos tão quebrados, é mais fácil justificar (e tornar respeitável) o jogo sujo desencadeado contra os adversários: “Qualquer dano que se faça ao lado contrário em nome do avanço da minha causa é aceitável, e mesmo digno de louvor”.

E a política passa a ser “um conflito de soma zero, no qual os resultados mutuamente benéficos são impossíveis. Cada parte é ganhadora ou perdedora, e o compromisso é impossível”. Muito menos existe a opção de apelar a “uma política de princípios”, pois em seguida ela é avaliada como hipocrisia, nem a uma “noção de bem comum”. Importam as fações em conflito, não a comunidade política.

Antes ou depois, Trump passará. Mas, seguidamente, a quem se lançará a culpa?

J. M.

A descentralização da censura

Hoje, nas democracias liberais, os escritores e os artistas arriscam-se mais a ser censurados pelos seus colegas do que pelo Estado.

Jonathan Kay é um jornalista canadiano difícil de classificar. Embora costume ser situado entre os conservadores, algumas das suas posições aproximam-no mais dos libertários. A posição que tomou sobre o aumento da censura nas redes sociais e nos *campus* das universidades dos países anglo-saxónicos (“Aceprensa”, 7.3.2018) é particularmente crítica com os defensores do politicamente correto e das reivindicações identitárias.

Numa conferência [publicada](#) há pouco tempo na revista “Quillette” (9.9.2018), Kay explica que, quando estudava na universidade, no início dos anos 90, ele e os seus compa-

nheiros “davam por adquirido que a principal ameaça à liberdade de expressão era o Estado, sobretudo o Estado do tipo Grande Irmão” pintado por Orwell no romance “1984”.

Mas hoje as ameaças à liberdade de expressão descentralizaram-se. O Estado deixou de ter o monopólio da censura e ela é cada vez mais exercida pelas grandes empresas tecnológicas, que decidem – de acordo com o defendido pela mentalidade dominante – o que se pode dizer e o que não se pode.

Neste novo mercado das ideias que são as redes sociais, os intelectuais e os criadores de opinião – pensadores, artistas, jornalistas, editores... – têm “um dever especial de falar contra a censura” e de apoiar os seus colegas que sofrem com ela. O paradoxo, segundo Kay, é que este grupo, que historicamente foi um dos mais perseguidos pelo Estado, hoje juntou-se a uma forma de censura que designa por “colaboração em massa” (*crowdsourced censorship*). O motivo? Os intelectuais convenceram-se de que a sua obrigação mais urgente é evitar que alguém se possa sentir ofendido.

Ilustra-o com alguns exemplos que mostram as contradições em que pode cair a causa do politicamente correto. O mais substancial é o da editora canadiana Book*hug que, em nome do respeito pela diversidade, acabou *por castigar* uma jovem poetisa que tem parcialmente ascendência indígena.

Shannon Webb Campbell havia publicado um livro de poemas na Book*hug, mas a editora parou a venda de exemplares quando lhe contaram que a autora escrevia sobre a morte de uma aborígine “sem seguir o protocolo indígena”, que exigia pedir licença aos familiares. A Book*hug pediu desculpas na sua *web* por alguns versos que “causavam dor e trauma aos membros das comunidades indígenas”. A jovem retificou e, depois de polir convenientemente o poema, pôde voltar ao seio da editora defensora da diversidade. Num [comunicado](#) publicado em junho, a autora e os editores asseguram que estão “a aprender e a trabalhar para incorporar os sistemas de conhecimento indígena” nas suas diversas práticas. E que, nos próximos meses, sairá “uma edição revista e corrigida do livro”.

Kay conclui com uma crítica final dirigida ao grupo que a deixou cair: “Cada vez mais, a censura de *crowdsourcing* que observo nos fóruns criativos, está a converter os escritores, artistas e mesmo alguns académicos em autómatos de olhos vidrados. Estão perfeitamente capacitados para escrever declarações a favor dos direitos de propriedade dos índios, pronunciar os pronomes adequados e fazer *retweets* das *hashtags* corretas, mas cada vez são mais inúteis para tudo o resto. Noutra época, poderiam ter culpado o Estado por isto. Em 2018, só se podem culpar a si próprios”.